

O
NAU
FRÁGIO
DAS
CIVILI
ZAÇÕES

O naufrágio das civilizações / Amin Maalouf ; [tradução de Arnaldo Bloch]. – 1. ed. – São Paulo : Vestígio, 2020. -- (Coleção espírito do tempo ; v. 2)

Título original: Le naufrage des civilisations.

ISBN 978-85-5412-678-0

1. Civilização moderna 2. Conflito cultural 3. Conflito internacional 4. Geopolítica - 1970 5. Globalização 6. Leste e oeste 7. Mudança social 8. Mudança sociocultural 9. Oriente Médio 10. Países árabes - Condições sociais 11. Política internacional 12. Relações internacionais 13. Relações internacionais - 1945 I. Título. II. Série.

20-38090

CDD-327.101

Índices para catálogo sistemático:

1. Geopolítica : Ciências Sociais : Política internacional 327.101

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

A **VESTÍGIO** É UMA EDITORA DO **GRUPO AUTÊNTICA**

São Paulo

Av. Paulista, 2.073 . Conjunto Nacional Horsa I . 23º andar . Conj. 2310-2312 Cerqueira César . 01311-940 São Paulo . SP

Tel.: (55 11) 3034 4468

www.editoravestigio.com.br

Belo Horizonte

Rua Carlos Turner, 420 Silveira - 31.140-520

Belo Horizonte . MG

Tel.: (55 31) 3465 4500

■ PROLOGO

O que reserva o futuro só os deuses conhecem, só eles são possuídores de todas as luzes. Os homens sábios, do futuro, só percebem o que é iminente. Por vezes, quando estão de todo mergulhados em seus estudos, seus sentidos se põem em vigília. Através deles, então, vem à tona o chamado secreto dos fatos que virão à luz, e eles o escutam com recolhimento...

Konstantinos Kaváfis (1863-1933),

Poemas

NASCI COM BOA SAÚDE nos braços de uma civilização que morria, e durante toda a minha existência tive a sensação de sobreviver, sem mérito nem culpa, a uma multiplicidade de coisas que, em torno de mim, ruíam – como esses personagens de filmes que percorrem ruas cujas paredes vão desmoronando, e mesmo assim saem ilesos, sacudindo a poeira das roupas, deixando para trás a cidade vertida numa montanha de escombros.

Foi esse o meu triste privilégio, desde o primeiro suspiro. Mas é também, sem dúvida, uma característica de nossa época, se comparada às que nos precederam. Antigamente, os homens tinham a impressão de que eram criaturas efêmeras num mundo imutável; as pessoas viviam em terras que seus pais haviam habitado, trabalhavam como eles haviam trabalhado, cuidavam-se como eles foram cuidados, instruíam-se como eles se instruíram, rezavam da mesma maneira, deslocavam-se pelos mesmos meios.

Meus quatro avós e todos os seus antepassados de nove gerações nasceram sob a mesma dinastia otomana. Como poderiam duvidar que esta fosse eterna?

“De memória de rosa, jamais se viu morrer um jardineiro”, suspiravam os filósofos franceses das Luzes ao refletir sobre a ordem social e a monarquia de seu próprio país. Hoje, as rosas pensantes que

somos vivem cada vez mais, enquanto os jardineiros morrem. No espaço de uma vida, temos tempo suficiente para ver desaparecerem países, impérios, povos, línguas, civilizações.

A humanidade se transmuta a nossos olhos. Jamais sua aventura foi tão promissora ou arriscada. Para o historiador, o espetáculo do mundo é fascinante. Falta ainda ele conseguir acomodar-se à angústia dos seus próximos e às suas próprias inquietações.

Foi no universo do Levante que nasci. Mas hoje esse universo é a tal ponto ignorado que a maioria dos meus contemporâneos nem deve mais saber a que estou me referindo.

É verdade que jamais houve uma nação que tivesse esse nome. Quando os livros falam do Levante, sua história é quase sempre imprecisa, e sua geografia, móvel. Em suma: um arquipélago de cidades mercantis, em geral costeiras (mas não sempre), indo da Alexandria a Beirute, Trípoli, Aleppo ou Esmirna; de Bagdá a Mossul, Constantinopla ou Salônica; até Odessa, ou Sarajevo.

Tal como eu o emprego, esse vocábulo obsoleto designa o conjunto de lugares nos quais as velhas culturas do Oriente mediterrâneo frequentaram outras culturas, mais jovens, do Ocidente. De sua intimidade deveria nascer, para todos os homens, um futuro diferente.

Voltarei mais detidamente a esse encontro perdido, mas devo dizer uma palavra, desde já, para dar maior precisão a meu pensamento: se os cidadãos de diversas nações e os adeptos de religiões monoteístas tivessem continuado a viver juntos nessa região do mundo, e conseguido entender-se sobre seus destinos, a humanidade inteira teria diante de si – a inspirá-la e a iluminar seu caminho – um forte modelo de coexistência harmoniosa e de prosperidade. Foi o oposto, infelizmente, que se produziu: o ódio prevaleceu, e a incapacidade de viver lado a lado virou a regra.

As luzes do Levante se apagaram. Em seguida, as trevas se espalharam pelo planeta. Do meu ponto de vista, isso não foi simplesmente uma coincidência.

O ideal levantino, tal qual os meus o vivenciaram, e tal qual eu sempre quis vivê-lo, exige de cada um assumir o conjunto de seus pertencimentos, e um pouco também o dos outros. Como todo ideal, nós o aspiramos sem jamais alcançá-lo por inteiro; mas a aspiração, em si, é salutar: indica o caminho a seguir, a via da razão, a via do porvir. Eu iria além, dizendo que é tal aspiração que marca, para uma sociedade humana, a passagem da barbárie à civilização.

Durante toda a minha infância, observei a alegria e o orgulho de meus pais quando mencionavam amigos de outras religiões, ou de outros países. Era uma sutil entonação em sua voz, quase imperceptível. Mas uma mensagem se transmitia. Um modo de emprego, eu diria, hoje.

Naquele tempo, a coisa me parecia ordinária, eu sequer pensava nela, e estava convencido de que era assim sob todo o firmamento. Foi só bem mais tarde que entendi a que ponto essa proximidade entre as diversas comunidades, que reinavam no universo de minha infância, era rara. E como era frágil... Muito cedo em minha vida eu a veria ofuscar-se, degradar-se e, enfim, dissipar-se, deixando em seu rastro nada além de sombras e nostalgia.

Terei eu razão de dizer que as trevas baixaram sobre o mundo assim que as luzes do Levante se extinguiram? Não seria incongruente falar de trevas agora, quando assistimos, meus contemporâneos e eu, ao avanço tecnológico mais espetacular de todos os tempos; agora que temos, na ponta do dedo, todo o saber dos homens; que nossos semelhantes vivem cada vez mais tempo, e com mais saúde que no passado; agora que tantos países do antigo “terceiro mundo”, a começar pela China e pela Índia, saem, finalmente, do subdesenvolvimento?

Mas é aí que se situa, justamente, o triste paradoxo deste século: pela primeira vez na História, temos os meios de livrar a espécie humana de todos os flagelos que a assaltam, para conduzi-la serenamente a uma era de liberdade, de imaculado progresso, de solidariedade planetária e de opulência compartilhada; e eis-nos, apesar disso, lançados, em marcha acelerada, na via oposta.

*

Não sou desses que cultivam a crença de que “antes era melhor”. As descobertas científicas me fascinam, a libertação dos espíritos e dos corpos me encanta, e considero um privilégio viver numa época tão inventiva e tão desenfreada como a nossa. No entanto, observo, há alguns anos, desvios cada vez mais inquietantes que ameaçam aniquilar tudo aquilo que nossa espécie construiu até aqui. Tudo aquilo que, legitimamente, nos enche de orgulho; tudo o que nos acostumamos a chamar de “civilização”.

Como chegamos a esse ponto? É a pergunta que me faço sempre que afronto as sinistras convulsões deste século. O que foi que andou para trás? De que viragens e contornos deveríamos ter fugido? Poderíamos tê-los evitado? E hoje, ainda é possível corrigir o leme?

Se uso o vocabulário marítimo, é porque a imagem que me perturba, há alguns anos, é a de um naufrágio – um moderno cruzeiro, um navio cintilante, certo de si, dito insubmersível como o *Titanic*, carregado de uma multidão de passageiros de todos os países e de todas as classes, e que avança, garboso, rumo ao desastre.

Precisarei acrescentar que não é na posição de simples espectador que observo sua trajetória? Estou a bordo, com todos os meus contemporâneos. Os que mais amo, e os que não amo tanto. Com tudo o que construí, ou creio ter construído. Sem dúvida, eu me esforçarei, ao longo deste livro, para manter o tom mais ponderado possível. Mas é com temor que vejo se aproximarem as montanhas de

gelo que se perfilam diante de nós. E é com fervor que peço aos Céus, à minha maneira, que tenhamos sucesso em contorná-las.

O naufrágio nada mais é, diga-se de passagem, que uma metáfora. Necessariamente subjetiva, forçosamente aproximativa. Seria possível descrever os sobressaltos do século por meio de várias outras imagens. Mas é essa que me assombra. Não se passa um só dia, nos últimos tempos, sem que ela venha a meu espírito.

É comum, demasiado comum, infelizmente, minha região natal surgir como o objeto de tais receios. Todos esses lugares cujos nomes antigos adoro pronunciar – Assíria, Nínive, Babilônia, Mesopotâmia, Emese, Palmira, Tripolitânia, Cirenaica, ou o Reino de Sabá – outrora chamado “A Arábia feliz”...

Herdeiras das mais antigas civilizações, suas populações tentam escapar, amontoadas sobre jangadas, exatamente como num antigo naufrágio.

Às vezes, é o aquecimento climático que está em causa. As gigantescas geleiras que não param de derreter; o Oceano Ártico que, durante o verão, volta a ser navegável, pela primeira vez em milênios; os enormes blocos que se soltam do Antártico; as nações insulares do Pacífico que tremem sob o risco de submergir... Será que elas irão testemunhar, nas próximas décadas, naufrágios apocalípticos?

Outras vezes, a imagem é menos concreta, menos pungente do ponto de vista humano, e mais simbólica. Assim, quando contemplamos Washington, capital da maior potência mundial – da qual se espera o exemplo de uma democracia adulta e uma de autoridade quase paternal sobre o restante do planeta – não é a um naufrágio que ela se assemelha? Nenhum barco de imigrantes flutua sobre o Rio Potomac; mas, em certo sentido, é a cabine de comando do navio dos homens que está inundada, e é a humanidade inteira que se vê a pique.

Em outras ocasiões, é da Europa que se trata. A meus olhos, seu sonho de união é um dos mais promissores de nosso tempo. O que foi feito dele? Como pudemos deixá-lo estragar-se a tal extremo? Quando a Grã-Bretanha decidiu deixar a União Europeia, os responsáveis pelo continente apressaram-se em minimizar o acontecimento e prometer iniciativas audaciosas entre os membros restantes para relançar o projeto. Espero, do fundo do coração, que tenham sucesso. Mas, enquanto espero, não posso censurar o murmúrio que em mim ecoa:

“Que naufrágio!”

Longa é a lista de tudo o que, ainda ontem, era capaz de fazer sonharem os homens, de elevar seus espíritos, de mobilizar sua energia – e que hoje perdeu seus atrativos. Não me parece exagero associar essa “desmonetização” dos ideais – que não cessa de se expandir, e que afeta todos os sistemas, todas as doutrinas – a um naufrágio moral generalizado. Enquanto a utopia comunista desaparece nos abismos, o triunfo do capitalismo é acompanhado de um desencadeamento obscuro das desigualdades – o que, economicamente, talvez tenha sua razão de ser; mas no plano humano, no plano ético, e sem dúvida também no plano político, é, inegavelmente, um naufrágio.

Esses poucos exemplos são claros? Não o suficiente, no meu modo de sentir. Eles explicam, sem dúvida, o título que escolhi para o livro, mas não permitem ainda captar o essencial. A saber: que uma engrenagem está em curso, que ninguém a iniciou voluntariamente; que em suas roldanas estamos todos encaixados, à força; e que ela ameaça destruir nossas civilizações.

Ao evocar as turbulências que conduziram o mundo à beira desse desastre, serei muitas vezes levado a dizer “eu”, “meu” e “nós”. Preferiria não falar em primeira pessoa, sobretudo nas páginas de um livro que se preocupa com a aventura humana. Mas como poderia ter feito de outra forma, se fui, desde o começo de minha vida, testemunha próxima das perturbações que pretendo examinar? Se

“meu” universo levantino foi o primeiro a afundar; se “minha” nação árabe foi aquela cuja obsessão suicida envolveu todo o planeta na máquina da destruição?

I

Um paraíso em chamas

After the torchlight red on sweaty faces

After the frosty silence in the gardens

After the agony in stony places (...)

He who was living is now dead

We who were living are now dying

With a little patience

Depois do rubro facho em faces suadas

Depois do frio silêncio nos jardins

Depois da agonia em praças empedradas

Ele que vivia agora é morto

Nós que vivíamos, ora morremos

Com alguma paciência

T. S. Eliot (1888-1965),

The Waste Land

NÃO CONHECI O LEVANTE em sua época de ouro, cheguei tarde demais, quando, do grande teatro, só restava um cenário em retalhos e, do banquete, as migalhas. Mas sempre esperei que a festa pudesse recomeçar um dia, e não queria crer que o destino me havia trazido à luz numa casa em vésperas de demolição.

Casas. Meus parentes haviam construído algumas, entre a Anatólia, o Monte Líbano, as cidades costeiras e o vale do Nilo, e as abandonariam, uma após a outra. Só guardei a nostalgia, obviamente, e também uma ponta de resignação estoica face às vaidades desse mundo: não se apegar a nada que se possa lamentar no dia da forçosa partida!

Causa perdida. Toda gente se apega, inevitavelmente. Depois, também inevitavelmente, vai-se embora. Sem sequer fechar a porta deixada para trás, uma vez que já não há mais portas nem paredes.

Foi em Beirute que nasci, em 25 de fevereiro de 1949. A notícia foi anunciada no dia seguinte, como se fazia, às vezes, por meio de

uma nota no jornal em que trabalhava meu pai. “O bebê e sua mãe passam bem...”

O país e a região, por sua vez, passavam muito mal. Poucas pessoas se davam conta, à época, mas a descida aos infernos já havia começado. E não cessaria mais.

O Egito, pátria adotiva de minha família materna, estava em ebulição. Em 12 de fevereiro, duas semanas antes do meu nascimento, Hassan El-Banna, fundador da Irmandade Muçulmana, foi assassinado. Naquele dia, ele visitara um de seus aliados políticos; ao sair do prédio, um carro se aproximou e um atirador o alvejou. Mesmo atingido, ele não caiu, e sua ferida parecia sem muita gravidade. Conseguiu até correr atrás do veículo e anotar o número da placa. Foi assim que se soube que o carro dos matadores pertencia a um general da polícia.

Em seguida, El-Banna dirigiu-se a um hospital para se tratar. Seus partidários pensaram tê-lo visto sair durante o dia, com um simples curativo. Preparavam-se para carregá-lo em triunfo. Mas uma hemorragia interna o esvaziaria de todo o seu sangue. Algumas horas mais tarde, estava morto. Tinha apenas 42 anos.

Seu assassinato era uma resposta ao do primeiro-ministro egípcio, Nokrashy Pasha, abatido por um membro da Irmandade um mês antes, em 28 de dezembro. O matador, um estudante de medicina, disfarçara-se de agente da polícia para se infiltrar num prédio oficial, aproximar-se do homem de Estado e atirar à queima-roupa no momento em que ele entrava no elevador. Assassinato este que, por sua vez, era uma reação à decisão tomada pelo governo, em 8 de dezembro, de dissolver a confraria.

A queda de braço entre a organização islamista e as autoridades do Cairo já durava vinte anos. Na véspera de meu nascimento, a escalada se agravou de forma singular. Ao longo das décadas, o conflito havia provocado numerosos episódios sangrentos, assim como longas

tréguas, sempre seguidas de recaídas. No instante mesmo em que escrevo estas linhas, a queda de braço continua.

O enfrentamento, iniciado no Egito nos anos 1920, terminaria por repercutir no mundo inteiro, do Saara ao Cáucaso, e das montanhas do Afeganistão às Torres Gêmeas de Nova York, destruídas em 11 de setembro de 2001, por um comando suicida tendo à frente um militante islamista egípcio.

Em 1949, a troca de agressões entre as autoridades e a Irmandade, por mais violenta que fosse, não afetava ainda a vida cotidiana. Por isso, minha mãe não hesitou em nos levar ao Cairo, minha irmã mais velha e eu, quatro semanas depois de eu nascer. Era bem mais cômodo cuidar de nós com a ajuda de seus pais e das pessoas que tinham a seu serviço. No Líbano, meu pai, que vivia do salário de redator, não podia proporcionar as mesmas facilidades. Quando lhe sobrava tempo, acompanhava minha mãe à casa dos pais dela. Coisa que fazia sem desgosto. Ele venerava o passado do Egito, e tinha admiração por sua efervescência cultural – seus poetas, pintores, seus músicos e seu teatro, seu cinema, seus jornais, suas editoras... Foi, por sinal, no Cairo que ele havia publicado, em 1940, seu primeiro livro, uma antologia de autores levantinos em língua inglesa. Foi também no Cairo, na igreja greco-católica, que meus pais se casaram em dezembro de 1945.

Naquele tempo, o Nilo era, para meus parentes, uma verdadeira segunda pátria, e minha mãe me levou, três anos seguidos, para longas temporadas – quando nasci e nos dois anos seguintes. Sempre na estação fresca, é bom dizer, pois no verão o ar era reputedamente “irrespirável”.

O ritual foi interrompido bruscamente. Nos últimos dias de 1951, meu avô, Amin, morreu de mal súbito no coração. O que foi para ele, sem dúvida, uma bênção: deixar o mundo antes de ver a obra de sua

vida se desfazer. Pois um mês depois, seu querido Egito era consumido em chamas.

*

Ele havia chegado com 16 anos, no rastro do irmão mais velho, e rapidamente encontrou seu espaço graças a um talento singular: a domesticação de cavalos. Quando um animal se mostrava relutante, o adolescente saltava sobre suas costas, agarrava-se a ele com os braços e as pernas, e não o largava mais. O cavalo podia correr, empinar, debater-se: o cavaleiro não cedia. Era sempre a montaria que se cansava primeiro. Mais calmo, o cavalo baixava a cabeça e se dirigia ao poço para estancar a sede. Meu futuro avô dava-lhe tapinhas nos ombros, acariciava seu pescoço, passava os dedos ao longo da crina. A besta estava domada.

Não exerceu por muito tempo esse jovem ofício. Assim que ganhou um pouco de idade e estatura, lançou-se numa carreira totalmente diversa, sem nenhum diploma nem formação específica, mas para a qual havia forte demanda no Egito em pleno desenvolvimento: a construção de estradas, canais e pontes. Fundou com seus irmãos uma empresa de obras públicas em Tanta, cidade no delta do Nilo. Lá, conheceria sua esposa, Virginie, maronita¹ como ele, mas nascida em Adana, na Ásia Menor; a família dela migrara para o Egito, fugindo das sangrentas rebeliões de 1909, que haviam alvejado, de início, os Armênios, antes de estender-se a outras comunidades cristãs.

Meus avós se casaram em Tanta logo após o fim da Primeira Guerra. Tiveram sete crianças. Primeiro, um filho, que morreu muito jovem; depois, em 1921, uma menina, minha mãe, que batizaram com o nome de Odette. Meu pai sempre a chamou pelo codinome Aude.

Assim que o negócio da família começou a prosperar, meu ancestral mudou-se para Heliópolis, a nova cidade fundada nas

vizinhanças do Cairo por iniciativa de um industrial belga, o barão Empain. De imediato, ele construiu, numa aldeia na montanha libanesa, para ali passar os meses de verão, uma casa de pedras brancas – sólida, elegante, bem situada, confortável sem ser luxuosa.

Entre os que haviam partido na mesma leva para trabalhar no Egito, alguns viviam, então, em verdadeiros palácios; possuíam bancos, fábricas, plantações de algodão, firmas internacionais, e chegavam ao ponto de conceder a si mesmos títulos de nobreza – paxás, condes ou príncipes. Não era o caso de meu avô. Ele ganhava bem a vida, mas não chegara a acumular uma fortuna. Mesmo na aldeia, que contava umas vinte casas, a dele não era das mais suntuosas. Sua árdua dedicação ao trabalho permitiu que prosperasse e ascendesse para além de suas condições de origem, mas sem situá-lo no topo da pirâmide social. Na realidade, seu percurso era parecido com o de muitos de seus compatriotas, que, entre o último terço do século XIX e a metade do século XX, haviam escolhido estabelecer-se no Vale do Nilo em vez de migrar para terras distantes.

Nascido no fim desse período, eu o conheci, primeiro, pelo que diziam dele meus pais e os amigos. Mais tarde, fiz algumas leituras – relatos, estudos cifrados, e também romances à glória de Alexandria ou de Heliópolis. Hoje, estou convencido de que meus próximos tiveram, no seu tempo, excelentes razões para escolher o Egito. O país oferecia ao imigrante obreiro vantagens que a História jamais igualaria desde então.

Verdade que países como Estados Unidos, Brasil, México, Cuba ou Austrália forneciam oportunidades virtualmente sem limites; mas era preciso, antes, transpor oceanos e cortar, definitivamente, os laços com a terra natal; já meu avô podia, no fim de um ano de trabalho, voltar ao coração de sua aldeia, acarinhar-se e recarregar as energias.

Mais tarde, muito mais tarde, haveria um fluxo migratório rumo aos países do petróleo, que estavam próximos geograficamente, onde

se podia ganhar a vida com dignidade e onde os mais espertos tinham a chance de fazer fortuna rapidamente. Mas nada além disso. As pessoas trabalhavam duro, sonhavam em silêncio, embriagavam-se às escondidas e descarregavam as tensões no consumo exagerado. Em contrapartida, no Vale do Nilo havia bem mais do que se nutrir. Em música, literatura e nas demais artes, assistia-se a um banquete abundante, do qual imigrantes de todas as origens e credos sentiam-se convidados a participar, assim como a população local.

Compositores, cantores, atores, romancistas e poetas do Egito iriam se transformar em vedetes do mundo árabe, e de outras terras. Enquanto a diva Umm Kulthum cantava os *Rubaiyat de Khayyam*, e a inesquecível Asmahane, imigrante síria, celebrava as *Doces Noites de Viena*, Leila Mourad, nascida Assouline, herdeira de uma longa tradição de músicos judeus, fazia vibrarem as salas de espetáculo com sua canção clássica, que versejava: *Meu coração é meu único guia...*

Esse movimento iria mesmo irradiar-se, a partir do Levante e da língua árabe, para outros universos culturais. É significativo, por exemplo, que “My Way”, canção emblemática de Frank Sinatra, tenha sido inicialmente escrita por Claude François, um francês do Egito, antes de ser adaptada para o inglês por Paul Anka, um americano de origem sírio-libanesa. Aliás, mesmo na França, o *music-hall* investiu por muito tempo em estrelas nascidas no Egito, como Dalida, Georges Moustaki, Guy Béart ou o próprio Claude François.

E esse é só um domínio entre muitos outros. Quando meu avô ia ao ministério egípcio das Obras Públicas obter concessões para suas empreitadas, havia, na mesma administração, num dos andares atrás de seu escritório, um funcionário chamado Konstantinos Kaváfis. Ninguém sabia, naquele tempo, que ele seria um dia considerado o maior poeta grego dos tempos modernos – nascido em Alexandria em 29 de abril de 1863, morto em Alexandria em 29 de abril de 1933, dizem seus biógrafos. Nada permite supor que os dois homens

tenham se conhecido, mas gosto de imaginar que podem ter trabalhado juntos em algum projeto de irrigação.

Também em Alexandria nascera, em 1888, o grande poeta italiano Giuseppe Ungaretti, que ali viveu seus primeiros anos. Sua mãe era dona de uma padaria.

*

Meu pai, que, ao contrário de muitos compatriotas, não era um homem rico, conhecia o Egito inteiro pelos seus poetas. Com frequência recitava de cor os versos deles, e, de tanto ouvi-los, guardei alguns na memória. Seu modelo era Ahmed Chawki, a quem chamavam “príncipe dos poetas”, visto como baluarte de uma renascença cultural árabe que se pensava, à época, ser inevitável e iminente. E que emergiria, sem dúvida, do leito do Vale do Nilo.

Quando Chawki visitava o Líbano, era um evento de peso, noticiado com destaque nas primeiras páginas dos jornais. Aonde ia, era seguido por um enxame de jovens escritores. Meu pai orgulhou-se, a vida inteira, de tê-lo encontrado um dia, em um restaurante ao ar livre. Depois de encher um copo de cerveja, o poeta aproximara a bebida da orelha, inclinando a cabeça ligeiramente para trás, e explicando aos convivas que esse ruído característico era chamado, pelos autores árabes de outros tempos, *jarsh*. Um detalhe sem grande importância, mas do qual meu pai falava com emoção porque trazia à sua memória a voz e o gesto de Chawki.

Quando estou em Roma, vou às vezes ao parque da Villa Borghese, onde há uma estátua do poeta egípcio, usando gravata-borboleta, uma rosa entre os dedos, a cabeça ligeiramente caída para trás, como nas lembranças do meu pai.

Tão importante quanto o “Príncipe” Chawki, e igualmente representativo dessa promissora época, era Taha Hussein, apelidado “o Reitor das letras árabes”.

Originário de uma família de aldeãos pobres, cego desde os 3 anos de idade por causa de uma doença mal curada, ele soube transpor sua deficiência e tornar-se o intelectual egípcio mais respeitado de seu tempo. Homem das Luzes, claramente modernista, ele convidava os pesquisadores árabes a reestudar a História com as ferramentas científicas modernas, no lugar de repetir indefinidamente as ideias recebidas dos antigos.

Uma forte polêmica eclodiu em 1926, quando ele publicou uma obra na qual afirmava que a poesia árabe considerada como pré-islâmica fora inteiramente reescrita numa época posterior, num contexto de rivalidade entre as diferentes tribos. O que pareceu chocante, e lhe valeu a reputação de infiel, não foi somente o fato de pôr em causa a visão que se tinha da história literária árabe e da maneira como as obras haviam sido compostas. O que queriam, sobretudo, era impedi-lo de aplicar seu método iconoclasta aos textos religiosos.

Essa controvérsia remetia a uma outra, suscitada por Ernest Renan, sessenta e quatro anos antes, quando este ousou, no seu curso inaugural do Collège de France, chamar Jesus de “um homem excepcional” sem considerá-lo como um deus. Professor na Universidade do Cairo, Taha Hussein foi imediatamente suspenso, assim como o havia sido Renan. Mas quando o xeique de al-Azhar, mais alta autoridade religiosa do país, pediu que ele fosse julgado, o governo egípcio recusou-se a ir tão longe, considerando que a coisa se passava no âmbito de um debate acadêmico normal, no qual a justiça não devia se intrometer.

Apesar dos ataques que sofreu dos meios tradicionais, o Reitor das letras árabes permaneceu, até o último de seus dias, um intelectual eminentemente respeitado por seus contemporâneos. Melhor ainda, foi elevado às mais altas funções, ocupando a reitoria da faculdade de Letras e, depois, da Universidade de Alexandria, tendo chegado,

mesmo, de 1950 a 1952, a ministro da Educação Nacional – ou, para retomar a belíssima denominação existente no Egito daquele tempo, “ministro dos Saberes”. Uma de suas primeiras decisões foi instaurar o ensino gratuito.

Que um homem cego, percebido por algumas autoridades religiosas como blasfemo, possa ter conhecido tal ascensão diz muito sobre Taha Hussein, claro, mas também, e antes de tudo, sobre o Egito de sua época. Seria possível multiplicar os exemplos. Lembrar que, na Ópera do Cairo, *Aída*, de Verdi, foi criada, em 1871, a partir de uma encomenda do *quediva* (vice-rei) do Egito; evocar os nomes de Youssef Chahine ou Omar Sharif, dois libaneses do Egito que o cinema local iria projetar na cena mundial; citar os inúmeros especialistas que certificam que a escola de medicina do Cairo foi, por um tempo, uma das melhores do mundo... Mas não procuro aqui fazer uma demonstração. Gostaria somente de transmitir o sentimento que os meus me comunicaram: o de um país excepcional, que vivia um momento privilegiado de sua história.

Trouxe à tona algumas lembranças de meu pai, mas foi sobretudo minha mãe que, todos os dias de sua vida, me falou sem parar do Egito. De suas mangas e de suas goiabas cujo perfume “não se encontra em nenhum outro lugar”; das grandes lojas Cicurel, do Cairo, “comparáveis à Harrods, de Londres, e às galerias Lafayette em Paris”; da confeitaria Groppi, “tão boa quanto as de Milão ou Viena”; sem esquecer das longas e langorosas praias de Alexandria...

Havia nisso, sem dúvida, a nostalgia comum que toda pessoa sente no crepúsculo de sua vida, ao cogitar sobre o tempo abençoado da juventude. Mas não era só isso, não era só a palavra de minha mãe. Ouvi tantos outros personagens, li tantos testemunhos, que meus olhos não mais duvidam de que realmente houve, em certo lapso de tempo e para determinada população, um paraíso chamado Egito, aonde cheguei quando não podia mais nada ver, nada entender, nada

guardar. E que, um dia, deixou de ser o que havia sido, e de fazer as promessas que um dia fizera.

QUANDO MEU AVÔ, nos primeiros dias de janeiro de 1952, foi enterrado no cemitério maronita do Cairo, as ruas estavam pacíficas, como sempre. Mas a tensão era perceptível para os mais atentos.

Uma crise que já durava três meses opunha o governo nacional às autoridades britânicas, que haviam concedido independência ao país trinta anos antes – obrigando-o, contudo, a assinar, em 1936, um tratado que permitia aos ingleses manterem tropas na zona do Canal de Suez. Naquele tempo, a ascensão de Hitler e a conquista da Etiópia por Mussolini justificavam esse tipo de arranjo. Mas, com o fim da Segunda Guerra Mundial, os dirigentes egípcios pediram a Londres que pusesse fim a uma presença militar que não tinha mais razão de ser, que atentava contra a soberania do país e era malvista pela população local.

As conversas foram iniciadas, trocaram-se propostas e contrapropostas e negociou-se à exaustão, mas nenhum resultado foi atingido. Sem escolha, o governo do Cairo, em outubro de 1951, submeteu ao voto do parlamento a revogação unilateral do tratado e exigiu dos britânicos que retirassem suas tropas com urgência. Essa tomada de posição suscitou o entusiasmo dos egípcios, que foram

espontaneamente às ruas para festejar a “libertação” do território, como se fosse um fato consumado.

Acontece que Londres não tinha a menor intenção de cooperar. Um novo primeiro-ministro tomava posse: ninguém menos que Winston Churchill. Aos 77 anos, ele acabara de vencer as eleições gerais, retomando as rédeas do governo após a derrota de 1945, que ocorrera apesar do grande triunfo que ele protagonizara.

O homem não perdera nada de sua obstinação. Culpava os trabalhistas pela perda do domínio da Índia e estava determinado a não ceder um milímetro a mais do território do Império ou uma pitada que fosse de seu prestígio pessoal. Assim, em vez de retirar as tropas da zona do Canal, ele ordenou que fossem reforçadas.

Seu homólogo egípcio, Nahhas Pasha, era também um veterano da política. Com 72 anos, estava no quinto mandato de sua longa carreira. Rico proprietário, moderado em seu patriotismo e adepto de uma democracia parlamentar de modelo ocidental, ele não tinha nenhum grande desejo de medir forças com a Grã Bretanha. Mas não podia recuar sem perder a credibilidade, nem se deixar exceder pela militância nacionalista radical.

Por isso recorreu a uma série de retaliações, com o objetivo de cansar os ingleses e a esperança de que, resignados, eles se retirassem por iniciativa própria. Era arriscado, muito arriscado, como mostraria a sequência dos acontecimentos. Mais perigoso seria, contudo, ser visto como cúmplice e colaborador das forças de ocupação.

Parte das medidas tomadas pelas autoridades egípcias foram, aos olhos de alguns, puramente simbólicas. Em Alexandria, avenidas que levavam os nomes de personalidades britânicas, como Lord Kitchener ou o General Allenby, foram rebatizadas. No Cairo, o prestigioso clube privado Gezira Sporting, frequentado por muitos cidadãos ingleses, foi transformado num jardim público aberto a toda a população. Recomendou-se aos comerciantes que interrompessem as

importações de mercadorias inglesas. Dezenas de milhares de egípcios que trabalhavam para as tropas britânicas no canal de Suez foram incitados a deixar seus empregos, diante da promessa de compensações. Os mais obstinados, que se recusavam a deixar seus postos, permanecendo a serviço do ocupante, eram ameaçados de sofrer represálias.

Mais graves foram as operações de comandos lançadas contra as instalações britânicas. Reuniam jovens armados saídos de diversos movimentos políticos, dos comunistas e nacionalistas à Irmandade Muçulmana. Alguns desses ativistas pertenciam às forças da ordem, e o governo, para não perder de vez o controle da situação, permitiu que a polícia se associasse aos ataques.

Os ingleses, então, decidiram desferir um duro golpe, de efeito exemplar. Na sexta feira, 25 de janeiro de 1952, tomaram de assalto prédios da polícia em Ismaília, na margem ocidental do Canal. Foi uma autêntica batalha, que durou horas a fio, matou quarenta egípcios e deixou uma centena de feridos. Quando a notícia se espalhou pelo país, a população inteira foi tomada por uma onda de fúria.

No dia seguinte, sábado, manifestantes começaram a se concentrar desde o amanhecer nas ruas do Cairo. O número aumentava com as horas, até que começaram a saquear e incendiar as empresas britânicas mais conhecidas, como o banco Barclays, a agência de viagem Thomas Cook, a livraria W.H. Smith, o Clube de Turfe ou o hotel Shephard, estabelecimento fundado mais de um século antes, e que havia servido de quartel-general do exército inglês. Desde sempre, fora o mais luxuoso do país.

Depois, os revoltosos ocuparam todos os locais frequentados por ocidentais ou pela classe dirigente egípcia: bares, clubes privados, salas de cinema, assim como grandes lojas de departamento do tipo europeu – entre as quais a inesquecível Cicurel, que fazia a alegria de

minha mãe. Por toda parte, saqueava-se, pilhava-se, incendiava-se. Houve, mesmo, uma série de linchamentos. Contaram-se, no fim do dia, pelo menos trinta mortos, cento e cinquenta feridos e mais de mil prédios incendiados. Todo o centro moderno da capital havia sido devastado.

Nunca se soube ao certo quem foram os responsáveis pelo grande incêndio do Cairo. Ainda hoje, alguns historiadores julgam ter sido um movimento espontâneo que pouco a pouco se avolumou, alimentado pela própria ira destrutiva; outros convenceram-se de que havia um “maestro”, com objetivos políticos precisos. É sabido que as palavras de ordem foram se propagando ao fio das horas. O que começou com protestos da multidão contra as ações dos soldados ingleses passou a *slogans* hostis ao governo egípcio, acusado de cumplicidade, e terminou com agressões direcionadas ao jovem rei Farouk – que diziam ser corrupto, insensível ao sofrimento dos súditos e entregue à influência de uma corte depravada.

Esgotadas, impotentes, as autoridades não haviam movido um dedo durante o dia, deixando o campo livre aos manifestantes e contentando-se em proteger os bairros onde moravam os dignitários do regime. A partir do dia seguinte, Nahhas Pasha, totalmente desacreditado, teve que apresentar sua demissão. Lamentavelmente, ele perdera a aposta, e desde então não teria mais nenhum papel significativo na vida do país. E não só ele: era a antiga classe dirigente, em bloco, que em breve deixaria a cena para sempre, sob vaias.

*

Seis meses após o incêndio do Cairo, “oficiais livres” tomaram o poder, o monarca partiu para o exílio e teve início uma nova era, caracterizada por uma luta implacável entre duas entidades políticas maiores, ambas ferozmente nacionalistas e firmemente hostis à sociedade cosmopolita anterior: de um lado, a Irmandade Muçulmana, que gozava de um vasto apoio popular; do outro, as

forças armadas, de cujos grotões iria emergir um homem forte: o coronel Gamal Abdel Nasser. Ele se tornaria, por quinze anos, o dirigente mais popular do mundo árabe, e uma das personalidades de maior destaque da cena internacional.

Para os meus, no entanto, sua ascensão fulgurante não trazia bons presságios. O novo homem forte afirmava, a todo momento, que o povo egípcio deveria recuperar, dos estrangeiros, o controle de seu território, de seus recursos, de seu destino. Nos anos que se seguiriam à revolução de 1952, viria à luz um grande arsenal de medidas – ocupações, confiscos, sequestros, expropriações, nacionalizações etc. – com o objetivo de despojar de seus bens todos os proprietários privados, com uma atenção particular, se posso ousar, contra aqueles que tinham a infelicidade de serem “alógenos”.²

Meu avô morrera antes do incêndio do Cairo e da revolução. Mas seus herdeiros em breve teriam que sacrificar, por uma fração dos justos valores, as propriedades que ele lhes deixara, e abandonar seu Egito natal, de forma dispersa – uns para a América do Norte, outros para o Líbano.

Enquanto meus parentes choravam seu paraíso perdido, Nasser ia ganhando, incessantemente, um maior vulto, e reforçando seu poder. Por uma série de manobras hábeis, ele se livrou de todos os seus rivais potenciais entre os militares, e saiu vencedor na queda de braço que o opunha à Irmandade Muçulmana. Presidente da República e chefe incontestado da revolução, ele considerou que chegara o momento de dar aos egípcios a desejada revanche sobre os ingleses. Em 26 de julho de 1956, anunciou, num discurso em Alexandria, a nacionalização da Companhia Universal do Canal Marítimo de Suez, cujas instalações mandou ocupar no mesmo dia. Grã-Bretanha, Israel e França reagiram, semanas depois, com uma ação militar concentrada. Mas o ataque não vingou. Desaprovados por Washington e ameaçados de